

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2018. MANDATO 2017-2021.

--- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu em Sessão Ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo seu Presidente, Fernando Rodrigues Louro e pela 1ª Secretária - Liliana dos Santos Carapinha e 2ª Secretária - Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV). Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta Assembleia os seguintes deputados municipais:

--- Júlio Manuel Fernandes Pratas, João Pedro Antunes Osório, Anabela Feliciano da Costa, Celestino Tomás Pereira Brasileiro e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (em representação da Junta de Freguesia de Alpiarça), eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV), Joaquim Luís Rosa do Céu, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, Maria Filomena Lopes Rúbio, Carlos Alberto Dias Marques, Ana Margarida Vences Rosa do Céu e Ana Rita Monteiro Marques, eleitos pelo Partido Socialista-(PS) e Armindo Pinto Batata, eleito pelo MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT).

--- Verificou-se ainda a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal: Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, Vice-Presidente Carlos Jorge Duarte Pereira, Vereador João Pedro Costa Arraiolos, eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV) e Vereador António da Conceição Moreira, eleito pelo Partido Socialista-(PS).

--- **A ORDEM DE TRABALHOS FOI A SEGUINTE:**

Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.

Ponto 2 - Apreciação do Relatório Anual de Atividades de 2017 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça.

Ponto 3 - Apreciação e votação da Anulação do procedimento concursal de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de

Técnico Superior (Museologia).

Ponto 4 - Apreciação e votação da Anulação do procedimento concursal de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior (Proteção Civil).

Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de reconhecimento de postos de trabalho como necessidades permanentes de serviço, com vista à sua criação no Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça.

Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta de alteração do Mapa de Pessoal referente ao ano de 2018.

Ponto 7 - Apreciação e votação da Proposta de autorização de abertura de procedimentos concursais de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, de 22 postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alpiarça.

Ponto 8 - Proposta referente ao Modelo e ao Contrato de Gestão Delegada do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos da RESIURB e ao procedimento de autorização de despesa e de compromisso plurianual, e proposta de alteração dos estatutos da RESIURB, na sequência da desvinculação do Município da Chamusca.

Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta de nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Alpiarça, para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, nos termos da lei 73/2013 de 3 de setembro.

Ponto 10 - Aprovação e votação da alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça.

Ponto 11 - Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança

Ponto 12 - Regulamento do Conselho Municipal de Segurança

Ponto 13 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.

--- **INÍCIO DOS TRABALHOS.**

--- O Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, deu início à sessão eram vinte horas e cinquenta e três minutos, informando a falta do sr. Deputado Abel Pedro. Informou que, no sentido de não fazer esperar as pessoas, iria dar posse ao

Conselho Municipal de Segurança, antecipando o ponto onze da ordem do dia.

--- **Ponto 11 - Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança**

--- Membros do Conselho Municipal de Segurança:

--- Fernando Rodrigues Louro, Presidente da Assembleia Municipal, em representação da Assembleia Municipal de Alpiarça; Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, em representação da Câmara Municipal de Alpiarça; Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo, Presidente da Junta de Freguesia, em representação da Junta de Freguesia de Alpiarça; Susana do Carmo Henriques Delgado, Procuradora-Adjunta na Comarca de Santarém/Almeirim, em representação do Ministério Público na Comarca de Santarém/Almeirim; Ricardo Jorge Nogueira Ramos, Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Alpiarça, em representação da GNR; Hugo Filipe Aparício Teodoro, Comandante dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, em representação dos Bombeiros Municipais de Alpiarça; Jorge Manuel Ferreira da Costa, Tesoureiro do Conselho de Administração da Fundação José Relvas, em representação da Fundação José Relvas; Manuel Isidoro Feliciano, Tesoureiro na Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça (ARPICA), em representação da ARPICA; Paulo Jorge Pereira Farropo, cidadão de reconhecida idoneidade; Paulo Jorge Saraiva Lopes, cidadão de reconhecida idoneidade; Júlio Manuel Fernandes Pratas, cidadão de reconhecida idoneidade; Filipe Miguel Marvão Almeirante, cidadão de reconhecida idoneidade; Fernando Jacinto de Jesus Ferreira, cidadão de reconhecida idoneidade. Pelo Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, senhor Fernando Rodrigues Louro foi-lhes conferida posse, entrando imediatamente no exercício das suas funções.

--- Conferida a posse o Sr. Presidente da Assembleia informou que iria dar continuidade aos trabalhos da assembleia pela ordem do costume.

--- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO**

--- O munícipe Sr. Alfredo Desterro veio falar de uma situação que se arrasta há vários anos e que tem a ver com um acesso público a algumas propriedades que foi bloqueado por um munícipe através da colocação de um portão. Entretanto a câmara meteu uma ação judicial em Tribunal contra o munícipe e antes do início do julgamento ambas as partes chegaram a acordo, com a autarquia a aceitar fazer várias obras no

caminho perpendicular à Rua Ricardo Durão, na zona de Vale de Tojeiros. No acordo judicial, as partes reconhecem que o caminho é público para o trânsito de pessoas e veículos desde tempos imemoriais e que dá acesso a vários lotes. O infrator compromete-se a remover todos os portões e vedações que impedem a circulação no caminho. O munícipe Alfredo Desterro disse que como as obras não foram concluídas pela câmara, o munícipe não retirou o portão e que o processo prescreveu e foi arquivado no passado dia treze de fevereiro e pretende saber se a câmara de Alpiarça irá concretizar as obras para que o caminho público seja restabelecido.

--- O munícipe Sr. Francisco Cunha disse que iria usar da palavra para falar de dois assuntos. O primeiro assunto foi sobre uma proposta aprovada por unanimidade na reunião de câmara de 8 de maio de 2016, de homenagem ao eng.º Leonel Piscalho e que deveria ser feita no verão de 2017 quando o signatário viesse de férias a Alpiarça, mas que não foi feita. Perguntou quando é que estava previsto fazer essa homenagem ou se a mesma já não seria feita, por incapacidade financeira da autarquia ou então em virtude do eng.º Leonel Piscalho ter integrado uma lista da oposição às eleições autárquicas no passado mês de outubro. O outro assunto foi relacionado com o encerramento da Estação dos CTT em Alpiarça, tendo o munícipe dito que enquanto vereador em reunião de câmara de 26 de maio de 2017, que a estação dos CTT iria fechar no final do ano, o que veio a acontecer em finais de fevereiro de 2018. O munícipe acusou ainda o Sr. Presidente da Câmara de pouco ou nada ter feito para evitar o encerramento dos CTT e que Alpiarça, dizendo ainda que é o único concelho do país que não tem Estação dos CTT.

--- O munícipe Sr. Mário Faria da Rama relativamente ao assunto trazido aqui pelo munícipe Sr. Alfredo Desterro colocou a questão de como iria ser feita a desmatação dos terrenos, que neste momento é obrigatória por lei e cujo acesso está impedido pelo tal portão que neste momento bloqueia o caminho público.

--- O Sr. Presidente da Câmara em resposta ao munícipe Sr. Alfredo Desterro e relativamente a uma situação que já se arrasta há vários anos no nosso concelho e que tem a ver com a recuperação para a circulação e usufruto municipal de um caminho que nós reconhecemos desde a primeira hora que é do domínio público e foi esse reconhecimento que desde a primeira hora motivou a câmara através de uma ação em

Tribunal, que procurou repor a situação anterior e a reabertura do caminho para utilização por qualquer pessoa. Era uma situação que encontrámos, que já existia há uns anos e que tinha motivado o bloqueio daquele espaço por um proprietário que reivindicava como sua aquela área. Esse bloqueio já existia e era do conhecimento do Executivo anterior a este Executivo de maioria CDU e já nessa altura o proprietário alegava o incumprimento por parte da câmara de um compromisso de recuperação do caminho, em nome do qual ele teria fechado o caminho com um portão. O Executivo CDU sensível aos argumentos dos proprietários vizinhos e servidos mais diretamente por aquele caminho, avançou para Tribunal, onde se chegou a um acordo judicial aqui referido, para ser retirado o impedimento. Reconheceu que há um atraso considerável na execução de um propósito da câmara municipal, que se mantém e que será executado o mais breve possível. Não é verdade que não se tenha feito nada, antes de 2009 é que não tinha sido feito nada. Fez-se, chegou-se a acordo, limpam-se as margens do terreno e fizeram-se outras intervenções. É verdade que como já foi explicado não só aos proprietários confinantes que hoje aqui estão, mas também em reunião de câmara, os trabalhadores da câmara foram deslocados para outros trabalhos e aqueles foram interrompidos. O Sr. Presidente da Câmara disse que reconhecia o atraso na obra, mas que irão procurar concluir a intervenção, de maneira que seja retirado o impedimento. Finalizou dizendo que da parte do Executivo há esse compromisso claro de acabar a intervenção, se possível ainda este ano.

--- Relativamente à questão colocada pelo munícipe Sr. Mário Faria da Rama, que no fundo se prende com esta situação, opinou que esses terrenos sitos em Vale Tojeiros, não se enquadrarão na legislação que saiu sobre a limpeza de terrenos, mas que em todo o caso a câmara municipal e a GNR procurarão acompanhar as situações, para as quais seja pedida ajuda ou colaboração por parte dos proprietários.

--- Quanto à intervenção do munícipe Sr. Francisco Cunha, relativa à homenagem ao eng.º Leonel Piscalho, disse que de facto a câmara municipal aprovou uma proposta que na altura, o munícipe enquanto vereador, apresentou no sentido de atribuir o nome daquele espaço frontal ao paredão da barragem, ao eng.º Leonel Piscalho, enquanto responsável e iniciador do projeto de construção da Barragem dos Patudos. Reconhece que na altura Leonel Piscalho lutou contra alguma resistência de forças

políticas, nomeadamente do PS e de outras pessoas que puseram em causa a capacidade da câmara de Alpiarça, de ser capaz de levar por diante a obra da Barragem dos Patudos. Acrescentou que Leonel Piscalho lutou contra estas resistências e foi um dos dinamizadores deste processo, mas que não foi o único, há um conjunto de outros alpiarcenses que estão intimamente associados ao início e ao desenvolvimento das obras da barragem e há também responsáveis políticos da câmara municipal, que pelos cargos que ocupavam à época e pela importância das decisões que tomaram, também necessariamente terão de estar associados a este processo. Esse levantamento está a ser feito, porque aquilo que queremos fazer é uma homenagem justa às pessoas que estiveram ligadas à construção da barragem. Mais disse que irão ser homenageados aqueles que tiverem de ser homenageados e de entre os quais, de forma destacada está o eng.º Leonel Piscalho. Concluiu dizendo que a homenagem poderá ocorrer a qualquer momento e para quem não anda atrás de homenagens ficará satisfeito e será justo da parte do município homenagear no momento em que for possível e oportuno e que isso até já foi pessoalmente transmitido ao eng.º Leonel Piscalho na última vez que ele esteve de férias em Alpiarça e que o signatário desde há muitos anos que está ligado à CDU, tendo inclusivamente sido vereador por esta força política e não é por ter integrado ou apoiado uma lista da oposição às eleições autárquicas no passado mês de outubro, que deixará de lhe ser feita a merecida homenagem. Em relação ao fecho da Estação dos CTT, disse que não iria dizer nada de momento, até porque é um tema que vai ser falado durante a sessão e por respeito ao senhores deputados, abordará o tema nessa ocasião.

--- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

--- O Sr. Presidente da Mesa, deu início ao período antes da ordem do dia, avisando que terminou neste momento o prazo para a entrega de votos ou moções, passou a aceitar inscrições para intervenções neste período, tendo concedido a cada deputado municipal um período de quatro minutos, face ao número de deputados inscritos.

--- **INTERVENÇÕES:**

--- A Sr.ª Deputada Filomena Rúbio questionou a presença de muitos migrantes em Alpiarça, que não são de nacionalidade portuguesa. Perguntou se a Câmara conhece o número de pessoas que residem em Alpiarça e que estão nestas condições, se há

controle sobre as suas nacionalidades e que motivos e objetivos os levaram a fixarem-se aqui e há um projeto para integração destas pessoas.

--- O Sr. Deputado Carlos Marques questionou o modo como é feita a recolha de lixo em que a uma sexta-feira, num local onde antes havia dois contentores e agora só há um, viu que os funcionários não despejaram esse contentor que estava meio, o que obviamente levou ao enchimento do recipiente no fim de semana. Relativamente à resposta do Sr. Presidente da Câmara sobre a homenagem que não chegou a ser feita ao Sr. Eng.º Leonel Piscalho, perguntou o que é que a posição que as pessoas tomaram há quarenta anos atrás tem a ver com o facto da Câmara não ter cumprido uma decisão tomada por unanimidade numa reunião de Câmara.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata, disse que gostaria que o Sr. Presidente informasse a Assembleia sobre o estado de execução das duas recomendações que foram aprovadas nesta Assembleia para serem executadas pela Câmara Municipal, nomeadamente uma recomendação sobre o tráfego de viaturas com cargas perigosas e uma recomendação sobre o Salão de Festas no Edifício dos Bombeiros, que é utilizado por estes e pela S.F.A. 1.º de Dezembro, mas que é propriedade da Câmara Municipal. Outro assunto é o Plano Estratégico de Valorização Turística para o Município de Alpiarça, cujo prazo de entrega do Relatório final acabou hoje, perguntando se vai ser dado conhecimento público desse relatório. Finalizou considerando exorbitante os gastos em eletricidade e água para reposição do nível da Albufeira dos Patudos, recorrendo a um furo artesiano e que tem dúvidas sobre a estanquidade da Barragem.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu disse que foi aprovado uma proposta de orçamento para este ano que contempla um estudo para a valorização turística do concelho, perguntou o que é que se pensa fazer ao Parque de Campismo. A outra situação disse ter a ver com a situação demográfica do concelho, cujas previsões do INE apontam para que nos próximos 20 anos população passe dos atuais 7623, para 5699 habitantes, o que é uma quebra de 25% na população residente, para além do fecho de estabelecimentos comerciais no último mês no centro vital do concelho e ainda o aumento substancial de casas à venda em Alpiarça. Perguntou se esta situação causa preocupação ao Sr. Presidente da Câmara e se tem propostas para o futuro na resolução deste problema.

--- A Sr.ª Deputada Graciete de Brito perguntou se havia alguma solução para a instalação

de eventuais novas indústrias na Zona Industrial e a possível expansão da mesma. Disse mostrar-se muito preocupada com uma notícia vinda a público no Jornal Económico que coloca Alpiarça como o concelho onde menos investimento se fez no país. Disse que o Sr. Presidente da Câmara se tem desculpado com a dívida herdada e que tem feito investimento nas pessoas e se não tem vergonha de ser o último concelho do país em termos de investimento.

--- A Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo falou sobre as atividades da Junta de Freguesia, falou sobre o Programa Valorizar que arrancou no início deste ano e que procura dar valor a produtos e a iniciativas de pessoas de Alpiarça e que com quatro posts desta natureza conseguimos alcançar 15600 visualizações. Há feedbacks positivos, apesar de haver sempre pessoas de Alpiarça a dizerem mal de alguma coisa. Informou que foi feita uma exposição sobre o entrudo em Alpiarça, que decorreu de 10 a 28 de Fevereiro, tendo havido projeção de filmes dos carnavais de 1973 e 1974 e a exposição foi muito visitada. A Junta à semelhança de anos anteriores está a apoiar os contribuintes na entrega de declarações de IRS. Irão iniciar o atendimento de proximidade à semelhança do mandato anterior. Continuam a colaborar com praticamente todas as associações e com a Câmara Municipal e estiveram presentes no Carnaval com a oferta do lanche aos participantes no Corso e deram também o seu apoio ao Enterro do Galo. Em termos de Ação Social têm estado a responder às solicitações que lhe são feitas.

--- A Sr.^a Deputada Anabela Costa deu os parabéns à organização do Corso Carnavalesco deste ano, que a seu ver foi uma atividade meritória para o concelho, gostou de ver esta atividade que é uma tradição na nossa terra e que a deixou muito orgulhosa.

--- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro destacou a apresentação do Projeto Tejo, na Quinta da Lagoalva, no passado dia 20 de Fevereiro, projeto esse que prevê que a longo prazo, o Tejo possa vir a ser o “novo Alqueva”, não só em termos de regadio, como em termos de navegabilidade, como ainda em termos turísticos. Considerou que é um orgulho para todos nós que tenha sido apresentado em Alpiarça. Finalizou dizendo que hoje se falou aqui em vergonha, mas que vergonha foi o PS ter em 2009 comprometido o futuro de Alpiarça, em 10 a 12 anos que é o tempo previsto para sairmos da situação financeira em que ainda nos encontramos. Porque se tivermos em conta que se a dívida fosse metade, só o valor que pouparíamos em dois meses com a dívida daria para

reparar toda a estrada da Lagoalva. Finalizou dizendo que vergonha era os munícipes quererem vir à Assembleia Municipal colocar os seus problemas e não o poderem fazer como o fizeram hoje, os munícipes que cá vieram. Felizmente com a CDU a partir de 2009, acabou a lei da rolha e qualquer pessoa pode vir livremente à Assembleia expor as suas razões. Pena a situação exposta não estar resolvida, fazendo votos para que se resolva em breve.

--- O Sr. Deputado Júlio Pratas falou sobre o fecho da loja dos CTT, apesar da promessa feita ao Sr. Presidente da Câmara que a loja de Alpiarça não fecharia. Referiu-se aos erros que foram a privatização dos CTT e de outras empresas nacionais como a EDP, a REN, a ANA, a PT e as Águas de Portugal. Lamentou que um projeto-lei de reprivatização dos CTT, tenha sido chumbado na A.R. pelo PS, PSD e CDS. Para terminar saudou o Executivo por ter tido a dignidade de ter recusado a solução de usar a Junta de Freguesia para posto dos CTT, com independência o fez e não temos nada a ver ou condenar quem optou por soluções diferentes. Teríamos assim, ao optar-se pela Junta de Freguesia uma autarquia a trabalhar para uma empresa privada, em benefício do infrator, cedendo instalações e funcionários a quem desrespeitou as populações, a quem cometeu o crime, a quem se está nas tintas para o país.

--- O Sr. Presidente da Assembleia antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara informou o Sr. Deputado Armindo Batata, que as recomendações de que fala, estão na posse da Câmara Municipal que fará delas o que entender, olhando naturalmente para as mesmas com todo o interesse.

--- O Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão colocada pela Sr.^a Deputada Filomena Rúbio, disse não possuímos o número exato de estrangeiros residentes em Alpiarça, nem temos os meios para fazermos essa aferição exata, até porque é uma população móvel, muito ao interesse dos empregadores locais e regionais na área da agricultura. A Câmara através do Gabinete de Ação Social procura enquadrar as situações e sistematizar os tipos de intervenção e até auxiliar algumas situações mais difíceis, através inclusivamente dos contratos de inserção social.

--- Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Carlos Marques, sobre a recolha de lixo, considerou que é uma situação que relata mas que nunca se deu qualquer instrução para se atuar dessa maneira, sendo um procedimento errado que tem de ser corrigido.

--- Sobre as questões colocadas pelo Sr. Deputado Armindo Batata, disse que há um estudo que está a ser desenvolvido no âmbito da CIMLT e que procura identificar todos os problemas de tráfego na área da lezíria e naturalmente em Alpiarça, com relevância para a circulação de todos os resíduos perigosos para o Aterro da Chamusca. Há uma equipa a trabalhar nisso e já foram apresentados alguns resultados na sede da CIMLT, estando esse levantamento a ser feito nesse âmbito, e que ficam as câmaras um pouco aliviadas nessa área. Esses estudos serão apresentados ao Governo na reunião que se há-de realizar para chamar a atenção para a necessidade da criação de uma alternativa à E.N. 118. Considerou porém que a criação de uma auto-estrada pode não resolver o problema, porque a A13 está às moscas até Almeirim e o trânsito continua a fazer-se pela E.N. 118 para não pagarem portagens. Já em relação ao Salão de Festas dos Bombeiros e da Música, foi pedida a intervenção do Gabinete Jurídico, para tentar encontrar uma solução para a melhoria das condições do Salão, já que o mesmo é propriedade da Câmara. Quanto ao Plano Estratégico de Valorização Turística, informou que houve um atraso na sua execução por dificuldade de pagamento da nossa parte e que vai ser retomado muito em breve. Relativamente à Barragem dos Patudos, considerou que é uma situação que se é preso por ter cão e por não ter. Isto porque se não colocássemos água na barragem ela neste momento estaria seca, com todas as implicações que daí adviriam. Assim como tentamos manter a barragem a níveis aceitáveis e com água de melhor qualidade, temos sido criticados pelos gastos e por estarmos a retirar água do subsolo.

--- Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Joaquim do Céu disse que o Plano de Valorização Turística está em desenvolvimento e contemplará os aspetos e as linhas que considerarmos essenciais para o desenvolvimento turístico e as intervenções e investimentos necessários e no devido tempo será apresentado e discutido.

Quanto ao parque de campismo disse que está a atrair visitantes e utilizadores e foi recentemente objeto de remodelação com a colocação de bungalows e irá ainda receber mais, ao contrário daquilo que se passou durante dez anos do mandato de Joaquim do Céu, enquanto presidente da câmara, em que a câmara não recebeu um tostão e o parque degradou-se até um estado insustentável. Quanto à diminuição da população nos próximos anos é uma preocupação de qualquer autarca e há de facto necessidades de

intervenção de modo a tentar inverter essa situação. Afirmou que a imagem que se pretende passar, que com a CDU no poder a população de Alpiarça está a diminuir é falsa porque há muitos anos e ainda durante a gestão do PS, a população de Alpiarça já estava a diminuir e já tinham encerrado vários serviços, nomeadamente a EDP, os serviços do Ministério da Agricultura, as Extensões de Saúde nos Frades e havia 3.500 doentes sem médico de família. Pôr a culpa do fecho dos CTT em cima da CDU, mesmo alegando que é pela diminuição da população é ir longe demais até porque a NUT3 que é a região onde nos inserimos também está a perder população, perdeu quase 5.000 pessoas entre 2009 e 2016, apesar da diminuição da nossa população nos dever preocupar a todos. Quanto a propostas para o futuro temos de as encontrar em conjunto e apesar do que é dito tem havido criação de empregos e há que criar condições para fixar cá as pessoas. Deu ênfase ao facto dos Executivos CDU já terem pago 8 milhões de euros à Banca e que com esse dinheiro investido no concelho dava uma feição completamente diferente ao município.

--- Quanto às questões colocadas pela Sr.ª Deputada sobre a expansão da Zona Industrial , disse que a Monliz duplicou em 2011/2012 a sua capacidade de produção e aumentou de forma considerável as suas instalações e o número de trabalhadores e há perspectivas da Monliz crescer ainda mais. Frisou que há coisas que o podem envergonhar na vida, mas que o facto de Alpiarça ser eventualmente o último concelho do país em termos de investimento, não o envergonha. Orgulha-se de ter ganho três vezes com maioria absoluta e orgulha-se de estar a recuperar financeiramente uma câmara que estava falida e conforme já foi prometido haverá um momento em que Alpiarça estará em condições de concretizar um conjunto de realizações necessárias ao desenvolvimento para além daquelas que tem vindo a realizar. Mais disse que quando fosse adequado gostaria de abordar a questão do fecho da Estação dos CTT.

--- Finalizou agradecendo as intervenções das senhoras e senhores deputados, Fernanda Cardigo, Anabela Costa, Celestino Brasileiro e Júlio Pratas.

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

--- **PONTO 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da informação. Destacou a realização da ArteNatal 2017; a inauguração da Unidade de Saúde de Alpiarça, que vem nesta fase permitir o acesso a médico de família a todos os inscritos no Centro de Saúde; o Ciclo de Exposições “Gentes da Nossa Terra” que permite a um conjunto de jovens da nossa terra que têm trabalhos sobre Artes Plásticas, expor no nosso concelho; a inauguração das novas instalações da UBEL Verde; o início do programa “Prevenir Já” da GNR que vem ao encontro da necessidade dos municípios de identificarem desde já um conjunto de situações de risco de incumprimento da lei que obriga à limpeza de terrenos nas propriedades para prevenção de fogos, tendo o início formal decorrido aqui em Alpiarça; o Carnaval 2018; o lançamento do Projeto Tejo, na Quinta da Lagoalva, que pode ser um pontapé de saída para a discussão pública e para o envolvimento das entidades públicas num processo que será certamente moroso, de aproveitamento do Rio Tejo; o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Portimão, onde o município e a freguesia de Alpiarça se fizeram representar. Finalizou dando nota da situação financeira da câmara municipal, ao dia de hoje, informando que em relação à situação encontrada em 2009, se diminuiu a dívida em cinco milhões, trezentos e catorze mil euros.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu questionou o assunto da reunião realizada com a Caixa Geral de Depósitos, questionou o apoio dado ao Enterro do Galo e disse ter constatado a existência de várias reuniões com empresas instaladas na Zona Industrial.

--- O Sr. Presidente da Câmara informou que de facto houve um apoio logístico ao Enterro do Galo e que é uma tradição que regressou à nossa terra. Quanto às reuniões com as empresas da Z. I., há de facto perspectivas de criação de mais emprego e tem havido necessidade de intervir na área urbanística nesta Zona no sentido de resolver algumas situações que já têm muitos anos, como seja a ocupação ou reocupação de alguns espaços.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos informou que a reunião na C.G.D., foi ao nível da Direção de Clientes Institucionais no sentido de analisar a situação financeira do município e as possibilidades que existem de reorganização da sua situação financeira. Informou ainda que reuniões desta natureza têm ocorrido com outras entidades bancárias anteriores a este período e que irão continuar a existir numa relação normal entre a Câmara e as

instituições bancárias.

--- O ponto foi dado como concluído.

--- **PONTO 2 - Apreciação do Relatório Anual de Atividades de 2017 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça.**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão informando que os senhores deputados podem pedir esclarecimentos, dos quais tomará nota e fará chegar à CPCJ, para que sejam dadas as respetivas respostas.

--- A Sr.ª Deputada Margarida Céu disse que tinha dúvidas e se poderia pôr questões, porque noutras ocasiões já o fez e foi-lhe dito que não lhe podiam responder.

--- O Sr. Presidente da Assembleia respondeu que os senhores deputados podem colocar todas as questões que entenderem, mas se alguns assuntos forem sigilosos, naturalmente que a CPCJ não poderá responder.

--- A Sr.ª Deputada Filomena Rúbio recomendou que faz sentido que esta Assembleia recomende mais ações de divulgação da CPCJ, no sentido da comunidade ter conhecimento da área de intervenção desta Comissão.

--- O ponto foi dado como concluído.

--- **PONTO 3 - Apreciação e votação da Anulação do procedimento concursal de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior (Museologia).**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Câmara disse que iria abordar de uma forma muito geral, este e os quatro pontos seguintes, uma vez que todos eles integram o mesmo processo que é o da regularização dos vínculos precários na administração pública, neste caso na administração local, o que implica a anulação de dois procedimentos concursais que se encontravam em andamento e ainda a aprovação de três outros pontos que se prendem com o recrutamento de 22 postos de trabalho, concluindo este processo de integração de trabalhadores precários que têm exercido funções no município de Alpiarça, no período definido por Lei, passando a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos, que detém este pelouro, para esclarecer dúvidas que possam existir.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu referiu que quer este concurso, quer o do ponto seguinte, são procedimentos concursais que tiveram início em 16 de setembro de 2016 e que em nenhum dos processos é referido o momento temporal em que foi feita a análise das candidaturas e que em fevereiro de 2018 foi proposto em sede de Câmara Municipal a anulação dos dois concursos, questionando se será normal um período temporal tão grande, entre a abertura dos concursos e a sua anulação.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos explicou que se quisermos ser rigorosos, temos de dizer que os procedimentos concursais foram abertos em 30 de setembro de 2016, data da autorização concedida pela assembleia municipal. E foi possível porque felizmente a Lei do Orçamento Geral do Estado para 2016 veio permitir que as câmaras em situação de saneamento financeiro já poderiam contratar alguém, apenas com as aprovações dos seus próprios órgãos, câmara municipal e assembleia municipal, porque até aí só com autorizações excecionais era possível abrir procedimentos concursais. Respondendo ao caso em concreto, disse que o procedimento concursal seguiu os seus trâmites normais com admissão e análise de candidaturas, com mais de cinquenta candidatos. Entretanto surgiram notícias que o Governo pretendia emitir legislação no sentido de regularizar os vínculos precários existentes. Ora existindo essa possibilidade e devido a alguma escassez de recursos humanos em termos da própria autarquia pela saída de 45 funcionários só nos últimos 6 anos, dispendo a câmara de apenas 100 funcionários para todos os seus serviços, com exceção do Agrupamento de Escolas, que dispõe para si próprio de 45 a 50 funcionários, mau seria a câmara não aproveitar essa oportunidade. Disse que a câmara se tem socorrido dos Contratos-Emprego Inserção e Emprego e Inserção+, para colmatar a carência de pessoal. Felizmente que agora foi implementada uma lei que vai permitir integrar um conjunto de vínculos precários existentes que já são um custo para a própria administração pública e dessa forma também estabelecer alguma justiça com a integração de algumas pessoas que ao longo dos anos têm estado neste tipo de vínculos precários.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu insistiu que não entendeu o porquê da necessidade efetiva de dois técnicos superiores num dado momento, porque é que esses concursos estiveram parados, como que à espera que aparecesse uma lei para a regularização de vínculos precários, parecendo uma coisa encomendada.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos disse que há necessidade efetiva de um técnico superior de museologia e de um técnico superior de proteção civil, até porque essas funções estão a ser desenvolvidas por duas pessoas em regime de prestação de serviços há oito anos e ainda bem que surgiu a lei que permite a regularização de vínculos precários, pois há milhares de trabalhadores em situação idêntica por esse país fora. Finalizou dizendo que os concursos são mais demorados porque são feitos pelas mesmas pessoas que tratam de todo o restante trabalho de recursos humanos, recorrendo-se por vezes a serviços externos apenas em determinadas fases dos concursos.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: oito votos a favor, da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), seis abstenções da bancada do Partido Socialista-(PS) e uma abstenção da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT).

--- **PONTO 4 - Apreciação e votação da Anulação do procedimento concursal de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior (Proteção Civil).**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Câmara informou que o assunto é idêntico ao do ponto anterior, apenas a área é diferente.

--- Não se registando mais intervenções o ponto foi posto à votação.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: oito votos a favor, da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), seis abstenções da bancada do Partido Socialista-(PS) e uma abstenção da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT).

--- **PONTO 5 - Apreciação e votação da Proposta de reconhecimento de postos de trabalho como necessidades permanentes de serviço, com vista à sua criação no Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça.**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Câmara explicou que se trata do reconhecimento por parte da

assembleia municipal de vários postos de trabalho que a câmara criou no seu mapa de pessoal. Acrescentou que esteve atento à discussão do ponto anterior e disse compreender onde se queria chegar, que era dar-se a ideia que a câmara de Alpiarça está a criar lugares para os seus apoiantes. Disse que isso não corresponde à realidade até porque durante muito tempo estivemos impossibilitados de abrir concursos. Entraram algumas pessoas por via de mobilidade, vieram de outras câmaras ao abrigo da lei e também de acordo com a nossa necessidade de serviço, sem qualquer escolha política. Disse ainda que se houve alguém que durante os doze anos em que geriu a autarquia criou um conjunto grande de lugares e se entraram aqueles que entraram, isso é claro e que não há aqui ninguém que não perceba isso, quem é que durante anos alterou profundamente o quadro de pessoal e que admitiu quem admitiu.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu pediu para usar da palavra em defesa da honra, tendo-lhe sido concedidos três minutos para o fazer. Disse que durante esta última intervenção do Sr. Presidente da Câmara foram feitas acusações ao seu desempenho em termos de criação de postos de trabalho, então como presidente da câmara e para repor a verdade desafiou o Sr. Presidente da Câmara a apresentar à assembleia municipal uma relação dos funcionários que em 1998 estavam em situação precária e que foram integrados no quadro e outra relação nominal dos empregos criados enquanto o PS geriu a câmara municipal de Alpiarça.

--- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu outros três minutos ao Sr. Presidente da Câmara como direito de resposta a esta intervenção em defesa da honra.

--- O Sr. Presidente da Câmara, disse que não quis ofender a honra de ninguém, quis sim defender-se de uma insinuação que é falsa e infundada, porque não há ninguém nesta sala que não tenha noção da quantidade de lugares abertos pelo PS nos doze anos que esteve na câmara e têm conhecimento da generalidade das pessoas que entraram para a Câmara nessa altura e também conhecem as pessoas que têm entrado para a câmara nestes oito anos de mandato da CDU.

--- A Sr.^a Deputada Graciete de Brito disse que segundo o que leu na documentação que lhe foi entregue, que foi verificada uma situação de 40 pessoas abrangidas pela Lei 112/2017, e dessas 40 pessoas, 22 foram consideradas como necessidade permanente de serviço. Será que se pode concluir que os outros 18, embora tivessem estado ao

serviço não eram uma necessidade permanente? Perguntou ainda se é possível conhecer os critérios utilizados para escolher estas 22 pessoas.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos explicou que em relação a este Programa de Regularização de Vínculos Precários, existem três situações diferentes. Este programa abrange todos os contratos a termo certo, todas as prestações de serviço e todos os contratos de emprego-inserção e emprego-inserção+ e para cada uma destas situações existe uma opção diferente estabelecida pela lei, daí que não sejam 40, mas sim 1+6+33. Assim todos os contratos a termo certo e prestações de serviço que desempenhem funções consecutivamente há um ano desde a data da abertura do procedimento concursal e que estiveram presentes entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017 estão diretamente abrangidos. Depois todos os contratos de emprego-inserção e emprego-inserção+, que são os outros 33, nós poderemos abrir uma vaga por cada função desempenhada e identificaram dentro daqueles 33, um conjunto de salvo erro de 16 funções desempenhadas, e que aí sim é o que é permitido por lei, em que as pessoas igualmente tinham de estar presentes num período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, não em todo o período, mas sim por exemplo em apenas 1 dia e em qualquer altura dos 3 anos para trás da abertura do procedimento concursal, daí haver esta diferença de critérios que não são idênticos para todas as pessoas. Disse mais uma vez que felizmente que esta Lei saiu e que a Lei em vigor em 1998 permitiu também a integração de precários, porque infelizmente nós herdámos a situação de 12 contratos a termo de pessoas que por legislação ficámos impedidos sequer de lhes renovar os contratos e que aí sim foi uma injustiça. Disse ainda que se fosse autarca à data da integração desses precários, com certeza que votaria a favor e até lhe causa alguma estranheza a suspeição sobre esta possibilidade de regularização extraordinária de um conjunto de pessoas que claramente tão depressa não vai existir.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: nove votos a favor, da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV) e da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e seis abstenções da bancada do Partido Socialista-(PS)

--- O Sr. Deputado Armindo Batata em declaração de voto disse que votou favoravelmente esta proposta, fazendo fé nas explicações do senhor vereador e porque a

criação de postos de trabalho só pode merecer a sua aprovação.

--- Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta de alteração do Mapa de Pessoal referente ao ano de 2018.

--- Intervenções:

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo que se trata da alteração do Mapa de Pessoal para 2018 no sentido de acomodar os postos de trabalho resultantes da regularização extraordinária de trabalhadores com vínculo precário

VOTAÇÃO DO PONTO:

--- Não se registando mais intervenções o ponto foi posto à votação.

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: nove votos a favor, da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV) e da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e seis abstenções da bancada do Partido Socialista-(PS)

--- Ponto 7 - Apreciação e votação da Proposta de autorização de abertura de procedimentos concursais de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, de 22 postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alpiarça.

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

--- Intervenções:

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo que esta proposta vem na sequência das propostas anteriores já aprovadas.

--- Não se registando mais intervenções o ponto foi posto à votação.

--- VOTAÇÃO DO PONTO:

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: nove votos a favor, da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV) e da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e seis abstenções da bancada do Partido Socialista-(PS)

--- Ponto 8 - Proposta referente ao Modelo e ao Contrato de Gestão Delegada do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos da RESIURB e ao procedimento de autorização de despesa e de compromisso plurianual, e proposta de alteração dos estatutos da RESIURB, na sequência da desvinculação do Município da Chamusca.

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, dizendo que se trata de uma alteração à estrutura da Ecolezíria e à participação da Resiurb na Ecolezíria, sobretudo ao nível dos serviços prestados que passarão a ser diferenciados, se for essa a decisão desta assembleia, entre os municípios que são membros da Resiurb. A Ecolezíria foi a empresa que foi criada para fazer a deposição, o tratamento e a valorização de resíduos que tinha uma estrutura que se repartiu entre um capital público de 51% detido pelos municípios e 49% que eram divididos entre dois parceiros privados. Havia a perceção que estas duas empresas não estavam lá a fazer nada, a não ser recolherem dividendos e que pouco contribuíam para o funcionamento da Ecolezíria. Durante anos discutiu-se a maneira de tornar a Ecolezíria 100% municipal, essa decisão foi tomada há cerca de dois anos atrás e isto também motivou alguma discussão à volta de todo o funcionamento da Ecolezíria e da Resiurb. Após a discussão e avaliação feita pelos diversos Executivos chegou-se a esta fase em que nós, maioria que faz parte do Executivo alpiarçense, apresentámos à câmara a nossa proposta de solução, os outros municípios fizeram o mesmo nos seus Executivos e estão também a fazê-lo nas assembleias municipais e no fundo trata-se de dois modelos, para a mesma entidade que é a Ecolezíria. Mais disse que Almeirim e Coruche pretendem avançar para uma gestão integrada em alta e em baixa, manter a deposição, tratamento e valorização, mas acrescentar a recolha, que são os serviços em baixa. Quanto a Alpiarça, Benavente, Cartaxo e Salvaterra de Magos, pretendem manter as coisas como elas estão, ou seja continuam a fazer a deposição, tratamento e valorização na Ecolezíria e continuam os próprios municípios a proceder à recolha indiferenciada dos resíduos e a entregá-los na Ecolezíria. Quanto ao município da Chamusca há a oficialização da sua saída da Ecolezíria, pois já se encontra na Resitejo.

--- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS PARA ALÉM DAS 24:00 HORAS**

--- O Sr. Presidente da Assembleia pôs à consideração do Plenário a continuação dos trabalhos para além desta hora.

--- Aprovado o prolongamento dos trabalhos com a seguinte votação: sete votos a favor e uma abstenção, da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), uma abstenção da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e seis abstenções da

bancada do Partido Socialista(PS).

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu disse que a proposta lhe mereceu alguma dificuldade de interpretação, uma vez que nesta proposta que aparece como ponto único para votação, estão quatro propostas para decisão, porque pedem para nos pronunciarmos sobre o modelo de gestão, que nos pronunciemos sobre os encargos com a futura gestão delegada e o compromisso plurianual, que nos pronunciemos sobre a aprovação do montante global da despesa e por fim sobre a proposta de alteração dos estatutos da Resiurb. Disse que podem haver lugar a interpretações distintas sobre estes quatro temas contidos numa única proposta, ou seja torna-se difícil votar esta proposta como sendo única, quando na realidade há quatro propostas, que apesar de divididas por alíneas, constituem uma única.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata em relação a esta proposta, disse não entender como no ponto treze da proposta há um rasgado elogio ao modelo de gestão integrada do sistema e como é que a câmara de Alpiarça acaba por optar pelo modelo de gestão não integrada. Disse ainda que se a câmara de Alpiarça opta pelo modelo de gestão não integrada, então deveria apresentar uma explicação da sua opção por este modelo e não pelo outro, pois ao optar por este modelo há que continuar a ter camiões e equipas para continuar a fazer a recolha diária do lixo para além da limpeza e desinfeção de contentores, enquanto no modelo de gestão integrada, tudo isto é da responsabilidade da empresa.

--- O Sr. Deputado João Osório opinou que o deputado que o antecedeu não deve ter lido os considerandos do ponto dezassete porque aí é explicado se a Câmara de Alpiarça optar pela gestão não integrada a redução de custos também vai ser tida em conta, porque vai havendo uma redução gradual de custo por tonelada ao longo de vários anos. Opinou ainda que esta proposta terá de ser votada tal qual como veio da câmara e é o que vai ser feito por outras assembleias municipais que estão na Resiurb, até porque se hoje não aprovássemos uma das alíneas da proposta, as outras ficariam todas prejudicadas.

--- O Sr. Presidente da Câmara em relação às considerações que foram feitas, disse que elas são perfeitamente legítimas e talvez sejam justas, mas geralmente nestes processos que envolvem decisões e deliberações que têm de ser tomadas em cada um dos órgãos

autárquicos dos municípios, há redações genéricas e esta que agendámos para o ponto, é no essencial aquela que foi às outras câmaras municipais e que vai às assembleias municipais, porque no fundo a proposta tem um conjunto de considerandos e é desdobrada em várias alíneas e a opção acaba por ser entrar ou não no modelo de gestão integrada. Quanto ao que é referido no ponto 13, é uma consideração geral para acolher a pretensão dos municípios de Almeirim e Coruche que optaram por aderir ao modelo de gestão integrada, enquanto Alpiarça, Benavente, Cartaxo e Salvaterra de Magos optam por continuar a fazer a recolha como até aqui e a Chamusca vai sair. Ou seja em sete municípios, há um que sai, dois optam pelo modelo de gestão integrada, e quatro optam pelo modelo de gestão não integrada. Disse ainda que opção pelo modelo de gestão integrada se traduzirá de imediato num aumento de custos para os municípios aderentes, porque a recolha de lixo vai ter de ser cobrada por quem a vai fazer.

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a opção dos senhores deputados se inscreverem para uma segunda ronda de intervenções.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu insistiu que esta proposta é confusa e que deveria ser apresentada de um modo que permitisse votar as várias alíneas em separado, pois no seu caso pessoal não está de acordo com o modelo de gestão proposto pela câmara de Alpiarça, mas está de acordo com as restantes alíneas da proposta. Como tal terá de fazer uma declaração de voto em que explique o seu sentido de voto.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata opinou que Alpiarça vai ter de se empenhar para que os seus habitantes coloquem mais resíduos nos ecopontos, pois é de todos os municípios da Ecoléziria aquele onde a percentagem de resíduos recicláveis é menor e que seria vantajoso para todos que esta percentagem aumentasse.

--- A Sr.^a deputada Graciete de Brito em relação ao ponto 17, perguntou se os valores ali constantes de recolha de resíduos por tonelada já estão contratualizados ou se estes valores são apenas valores aproximados e que podem disparar.

--- O Sr. Presidente da Câmara procurando responder às questões colocadas, disse que a câmara de Alpiarça optou pelo modelo de gestão não integrada de forma consciente e tendo em conta que desta forma os preços não se agravarão no imediato para a população. Em relação ao lixo reciclável disse que as percentagens não são só baixas em Alpiarça e que de um modo geral as populações ainda não estão devidamente

consciencializadas da importância de fazerem a reciclagem dos resíduos e que as percentagens são muito baixas em relação aos resíduos indiferenciados. Quanto aos valores estabelecidos no ponto 17, disse que se trata de uma previsão de evolução de tarifários, até porque dependem de fatores externos, sendo um deles o valor da deposição em aterro, que tem vindo a ser penalizada ao longo dos anos. Finalizou dizendo que o que está em causa nesta proposta é a opção pelo modelo de gestão integrada ou gestão não integrada, e que os senhores deputados podem votar como quiserem e depois explicam a sua posição em declaração de voto.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu interpelou a Mesa perguntando porque é que a proposta não é dividida e votada por alíneas.

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou que esta assembleia não pode alterar as propostas que vêm da câmara e elas têm de ser votadas tal qual como são aprovadas em reunião de câmara. Finalizou dizendo que aqui a opção é o modelo de gestão integrada ou gestão não integrada, e que os senhores deputados podem votar a favor ou contra e que em declaração de voto explicam as posições assumidas.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: oito votos a favor, da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), seis votos contra da bancada do Partido Socialista-(PS) e um voto contra da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT)

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu em declaração disse que "O meu voto contra foi devido à imposição de uma proposta presente a esta Assembleia e que está mal formulada e mal apresentada e explico porquê: é uma proposta que aponta como primeiro aspeto uma opção entre um modelo ou outro e depois apresenta três propostas de decisão que só podem ser: sim, não ou abstenção, mas sem opção alternativa e portanto não se pode misturar numa mesma proposta uma componente que teve alternativa de voto por um modelo A ou por um modelo B e fazê-la coincidir com propostas onde esta opção por modelos diferenciados não está presente. Isto não está correto, está mal apresentado e portanto o meu voto é contra a imposição por uma proposta mal apresentada à Assembleia."

--- O Sr. Deputado Armindo Batata em declaração de voto disse "Eu voto contra o modelo

proposto, não ponho objeção alguma ao que se segue na proposta."

--- Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta de nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Alpiarça, para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, nos termos da lei 73/2013 de 3 de setembro.

--- Intervenções:

--- O Sr. Deputado Armindo Batata, perguntou o porquê de se usar o ajuste direto e se há alguma obrigação de ser ajuste direto.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu diz ter verificado que esta empresa é da Marinha Grande e que trabalha quase só para municípios da CDU e não acha nenhum mal por isso. Disse depois que Alpiarça tem na sua Zona Industrial um representante de uma das empresas de auditoria mais credenciadas do país, nomeadamente a firma António Borges, Consultores e Associados. Questionou se, olhando para os interesses do concelho e para quem cá investe, não seria de considerar a contratação desta empresa, uma vez que é uma empresa instalada no concelho de Alpiarça.

--- A Sr.ª Deputada Graciete de Brito disse que não lhe foi enviado o contrato estabelecido com esta empresa, depois disse ter visto na Internet dois contratos com duas empresas distintas, uma era esta da Marinha Grande e outra era de Grândola, para funções dentro da mesma categoria, embora por valores diferentes, mas o que a espantou mais foi que uma das empresas contratadas para fazer assessoria, tivesse dado um erro no próprio contrato, ao escrever a palavra assessoria e que de certo modo nos dá logo uma ideia sobre a credibilidade da empresa.

--- O Sr. Presidente da Câmara disse que a câmara de Alpiarça, até no processo de gestão dos pagamentos a fornecedores, nós temos sempre a preocupação de dar a primazia às empresas de Alpiarça e da região, assim como noutros aspetos de contratação, quando nos é possível. Esta certificação obrigatória é relativamente recente e só acontece há poucos anos para cá, pois anteriormente não era obrigatória para câmaras municipais da nossa dimensão e é um custo suplementar que as autarquias têm de suportar. Neste caso concreto disse que há uma opção clara e nós achamos que esta empresa é aquela que nos dá as melhores condições a este nível, ou seja a certificação legal de contas do município de Alpiarça. Recordou que o Sr. Deputado Joaquim do Céu foi presidente de câmara durante quase três mandatos e

também tinha as suas assessorias contratadas com empresas e pessoas, a vários níveis e que não eram do concelho. Disse que a opção de contratar esta empresa está dentro da autonomia do Executivo, enquanto gestores do município. Considerou razoável a sugestão que o deputado fez, ao referir-se a uma empresa instalada no concelho, mas neste momento foi esta a opção do Executivo alpiarçense.

--- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, relativamente ao ajuste direto disse que está previsto na lei, não há nada que o impeça e que é uma empresa com quem trabalhamos desde 2014 e cujos valores contratuais não serão muito diferentes dos praticados por outras empresas do ramo. Disse ainda que a auditoria externa é uma imposição legal, é um custo adicional e uma fiscalização adicional a tantas outras a que as câmaras já estão sujeitas. Por outro lado considerou que foi pena que noutros tempos não houvesse auditorias, porque certas situações nunca teriam chegado onde chegaram. Quanto ao não se ter enviado o contrato, informou que o contrato está disponível desde que foi efetuado na plataforma da contratação pública e neste caso trata-se apenas da assembleia nomear o Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Alpiarça. Quanto à contratação de uma empresa de Grândola para fazer uma assessoria financeira é uma coisa completamente diferente, pois enquanto a certificação legal de contas do Município é obrigatória, a assessoria financeira dada pela empresa de Grândola tem a ver com a implementação do SNC-AP, ou seja o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas e como é evidente a empresa que nos faz a auditoria e certificação de contas não poderia obviamente estar a dar-nos assessoria neste tipo de serviço.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: oito votos a favor, da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), uma abstenção da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e cinco votos contra e uma abstenção da bancada do Partido Socialista(PS).

--- **Ponto 10 - Aprovação e votação da alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça.**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou que este ponto seria retirado e que viria a

uma próxima Assembleia Municipal.

--- Ponto 11 - Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança

--- Intervenções:

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou que, como sabem, este ponto foi antecipado e formalizado no início dos trabalhos.

--- Ponto 12 - Regulamento do Conselho Municipal de Segurança

--- Intervenções:

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou que este ponto seria retirado e que viria a uma próxima Assembleia Municipal.

--- Ponto 13 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.

--- Intervenções:

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou que temos duas propostas apresentadas pela bancada da CDU, e solicitou a um elemento desta bancada que fizesse a apresentação da Moção sobre o encerramento dos CTT.

--- O Sr. Deputado Júlio pratas fez a apresentação e leitura da moção.

“MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESTAÇÃO DOS CTT EM ALPIARÇA

Considerando que:

- . A administração dos CTT encerrou lojas em todo o País, entre as quais a de Alpiarça;
- . A estação dos CTT de Alpiarça era a única que servia a área geográfica e a totalidade dos cerca de 7.800 habitantes no concelho;
- . Os CTT, apesar do processo de privatização ocorrido, completamente errado e oposto ao interesse do país, prestam um serviço público, concessionado pelo Estado, que tem de ter carácter universal e concretizar-se de acordo com elevados padrões de qualidade;
- . Esse serviço público prestado pelos Correios deve cumprir uma lógica de proximidade à população, ter em conta as efetivas necessidades dos utentes e contribuir para o desenvolvimento em todo o território nacional e, logo, em cada um dos concelhos;
- . Não existem alternativas que garantam a prestação completa dos serviços prestados, nomeadamente ao grupo da população mais idosa e vulnerável.

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em 28 de Fevereiro de 2018, delibera:

1. Exigir à administração dos CTT que reverta a decisão do encerramento da estação de Alpiarça, mantendo o seu funcionamento nos moldes e horários atuais, disponibilizando o leque de serviços que têm vindo a ser prestados, mas reforçando a sua qualidade;
2. Exigir ao Governo que intervenha neste processo, impondo o cumprimento dos princípios de universalidade e de proximidade que estão na base do contrato de concessão do serviço público que os CTT devem respeitar;
3. Apelar à população que continue a desenvolver ações em defesa da estação dos CTT no Concelho, dos CTT enquanto serviço público postal e dos seus trabalhadores.”

--- O Sr. Deputado Armindo Batata disse que esteve solidário com as posições tomadas pelo Executivo alpiarçense contra o fecho da Estação dos CTT em Alpiarça e perguntou quais os serviços que eram feitos pela estação dos CTT e que eventualmente deixaram de ser feitos pelo Posto dos CTT que passou a funcionar numa papelaria.

--- A Sr.^a Deputada Graciete de Brito disse que louvava a iniciativa que o Sr. Presidente da Câmara teve de ir ao Parlamento explicar aos representantes das várias bancadas a sua posição e o seu descontentamento pelo encerramento da Estação dos CTT. A deputada acrescentou que não concorda de maneira nenhuma com o encerramento da Estação dos CTT de Alpiarça, ainda tratando-se até aqui do único concelho do país onde encerrou uma Estação dos CTT.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu disse que ia votar favoravelmente a moção, porque é da opinião que empresas da natureza dos CTT devem assegurar o serviço público em todas as circunstâncias, porque este tipo de empresas para além da obtenção do lucro têm o dever de satisfazer as necessidades dos cidadãos.

--- O Sr. Deputado Carlos Marques disse que iria votar favoravelmente esta proposta, opinando que há serviços que são fundamentais e que devem continuar a existir em todos os lugares, nem que seja para ajudar à sua não desertificação e por isso mesmo os CTT têm de cumprir o serviço público a que estão obrigados.

--- O Sr. Presidente da Câmara disse que se revê no essencial no que foi dito e que as forças políticas concelhias, em termos formais tiveram um tratamento responsável nesta matéria, até pela posição que foram assumindo nos órgãos autárquicos. Disse ainda que a Estação dos CTT em Alpiarça dava lucro, tinha resultados positivos, mas

mesmo que não desse lucro, a estação devia manter-se e pode haver a ideia que as 22 estações encerradas o foram apenas no interior, mas não a maioria delas foram fechadas em centros urbanos, incluindo Lisboa, Porto, Loures, Seixal, Barreiro, Loulé Vila Real etc., que estes encerramentos não se ficarão por aqui e há até quem especule que as Estações que não tenham Banco dos CTT são todas para encerrar, a curto ou médio prazo. Explicou detalhadamente todas as reuniões, encontros e outros passos dados pela Câmara e pela Junta de Freguesia, na tentativa de manter aberta a Estação dos CTT e finalizou dizendo que com esta concessão que é feita aos estabelecimentos comerciais não é garantido o serviço universal postal.

--- **VOTAÇÃO DA MOÇÃO:**

--- A moção foi aprovada por unanimidade.

--- O Sr. Presidente da Assembleia solicitou a um elemento da bancada da CDU que fizesse a apresentação da Moção sobre o MURPI.

--- A Sr.^a Deputada Fernanda Garnel fez a apresentação e leitura da moção.

“MOÇÃO DE SAUDAÇÃO AO MURPI

O MURPI NASCEU COM OS ALVORES DE ABRIL

A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos MURPI, força de Abril comemora em 27 de maio de 2018, o 40º aniversário da sua constituição, como primeira organização representativa dos reformados, pensionistas e idosos na defesa dos seus direitos.

Ao longo dos 40 anos de existência promoveu e protagonizou milhares de lutas e iniciativas como 22 Piquenícões, Encontros de Coros, Congressos, Conferências, Seminário com a participação, adesão e apoio de muitos milhares de reformados e pensionistas e promove desde 1983 a publicação bimestral do Jornal do MURPI e a partir de 1991 “ A Voz dos Reformados” englobando presentemente 140 Associações de Reformados e mais de 70 mil associados em todo o País.

As Associações de Reformados são organizações cívicas e políticas que desenvolvem ações de valorização cultural, de promoção do lazer e de proteção social dos reformados, pensionistas e idosos.

Os deputados da Assembleia Municipal de Alpiarça saúdam a Confederação MURPI pelo seu 40º aniversário, relevam a sua importância na defesa dos direitos dos

reformados, solidarizam-se com as lutas desenvolvidas pelo MURPI e manifestam o seu apoio à justa reivindicação de representação do MURPI como membro permanente do Conselho Económico e Social.”

--- **VOTAÇÃO DA MOÇÃO:**

--- Esta moção foi aprovada por maioria com oito votos a favor da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), uma abstenção da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e quatro abstenções da bancada do Partido Socialista (PS). Ausentes as senhoras deputadas Graciete de Brito e Margarida do Céu.

--- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO**

--- Não se registaram intervenções neste período.

--- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- Nada mais havendo a tratar foi a sessão encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, era um hora e quarenta e dois minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

-----Presidente _____

-----1º Secretário _____

-----2º Secretário _____